



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

Processo nº	10675.000420/2005-20
Recurso nº	439.842 Especial do Procurador
Acórdão nº	9303-01.561 – 3ª Turma
Sessão de	6 de julho de 2011
Matéria	MULTA - DIF-PAPEL IMUNE
Recorrente	FAZENDA NACIONAL
Interessado	BREDA ARTES GRÁFICAS LTDA

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Período de apuração: 01/07/2002 a 30/06/2004

MULTA REGULAMENTAR. DIF - PAPEL IMUNE.

Ementa:

A falta e/ou o atraso na apresentação da Declaração Especial de Informações relativas ao controle de papel imune a tributo - DIF.- Papel Imune, pela pessoa jurídica obrigada, sujeita o infrator, se optante pelo SIMPLES, à multa regulamentar prevista na primeira parte do inciso II do art. 588 do RIPI/2010, cuja matriz legal é o inciso II do § 4º do art. 1º da Lei 11.945/2009.

O órgão *ad quem* deve examinar a questão posta nos limites do pedido recursal e não pode agravar a situação do recorrente, sob pena de vulnerar o princípio da proibição do *reformatio in pejus*.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Otacílio Dantas Cartaxo - Presidente

Henrique Pinheiro Torres - Relator

EDITADO EM:

Participaram do presente julgamento os Conselheiros Henrique Pinheiro Torres, Nanci Gama, Judith do Amaral Marcondes Armando, Rodrigo Cardozo Miranda, Júlio RRES

Assinado digitalmente em 28/07/2011 por OTACILIO DANTAS CARTAXO, 21/07/2011 por HENRIQUE PINHEIRO TORRES

Autenticado digitalmente em 21/07/2011 por HENRIQUE PINHEIRO TORRES

Emitido em 05/08/2011 pelo Ministério da Fazenda

César Alves Ramos, Marcos Tranches Ortíz, Rodrigo da Costa Pôssas, Maria Teresa Martínez López, Gileno Gurjão Barreto e Otacílio Dantas Cartaxo.

Relatório

A instância primeira assim relator os fatos:

Trata-se de Auto de Infração, para exigência da multa regulamentar no valor de R\$ 186.000,00, lavrado em decorrência da constatação de atraso na entrega da Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle do Papel Imune (DIF-Papel Imune). O lançamento foi amparado nos dispositivos legais relacionados na Descrição dos Fatos e Enquadramento Legal do Auto de Infração, merecendo destaque o artigo 57 da MP 2.158-35/2001, a IN SRF 71/2001 e a IN SRF 159/2002.

A Contribuinte insurge-se contra o lançamento efetuado apresentando a impugnação de fls. 26/35. Solicita o cancelamento da autuação sob as alegações, de forma bastante sucinta, de violação aos princípios da legalidade, da razoabilidade, e do caráter confiscatório da penalidade aplicada.

Julgando o feito, a turma julgadora de primeira instância manteve o lançamento fiscal, em acórdão assim ementado:

Assunto: Obrigações Acessórias

Período de apuração: 01/07/2002 a 30/06/2004

DIF-PAPEL IMUNE. FALTA OU ATRASO NA ENTREGA DA DECLARAÇÃO.

A não-apresentação, ou a apresentação da DIF-Papel Imune após os prazos estabelecidos para a entrega dessa declaração, sujeita o contribuinte à imposição da multa prevista no artigo 57 da MP 2.158-35.

Lançamento procedente.

Irresignada, a autuada apresentou recurso voluntário pugnando pelo cancelamento da autuação.

A Câmara recorrida deu provimento parcial ao recurso, nos termos da ementa a seguir transcrita:

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS
INDUSTRIALIZADOS - IPI**

Período de apuração: 01/07/2002 a 30/06/2004

MULTA REGULAMENTAR. DIF - PAPEL IMUNE

A falta e/ ou o atraso na apresentação da Declaração Especial de Informações relativas ao controle de papel imune a tributo -

Assinado digitalmente em 28/07/2011 por OTACILIO DANTAS CARTAXO, 21/07/2011 por HENRIQUE PINHEIRO TORRES
RRES

Autenticado digitalmente em 21/07/2011 por HENRIQUE PINHEIRO TORRES

Emitido em 05/08/2011 pelo Ministério da Fazenda

DIF-Papel Imune, pela pessoa jurídica obrigada, sujeita o infrator à multa regulamentar nos termos da legislação tributário vigente.

PENALIDADE. LEI TRIBUTARIA. INTERPRETAÇÃO

Em face da duplicidade de interpretação de lei tributária, aplique-se aquela que comine penalidade menos onerosa ao sujeito passivo.

Recurso provido em parte.

Irresignada, a Fazenda Nacional apresentou recurso especial, onde, em apertada síntese, requer o restabelecimento da exigência fiscal, nos termos lançado.

Por meio do despacho de fl. 93, o apelo fazendário foi admitido.

Em contrarrazões, o sujeito passivo postula a aplicação da novel legislação, e, por conseguinte, o não provimento do recurso especial da Fazenda Nacional.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Henrique Pinheiro Torres, Relator

O recurso foi apresentado com observância do prazo previsto, bem como dos demais requisitos de admissibilidade. Sendo assim, dele tomo conhecimento e passo a apreciar

A questão posta em debate cinge-se à da multa regulamentar pertinente à DIF-PAPEL IMUNE. De um lado, a Douta PGFN defende em seu especial o restabelecimento da multa, nos termos do auto de infração, de outro, o sujeito passivo, em recurso contrarrazões, requer, a aplicação da novel legislação, e, por conseguinte, o improvisoamento do recurso especial fazendário.

O fundamento jurídico apresentado pela Fazenda Pública em sua peça recursal diz respeito à possível contrariedade ao art. 57, I, da MP nº 2.158-35 de 2001, que previa multa de R\$ 5.000,00 por mês calendário, às pessoas jurídicas que deixassem de fornecer, nos prazos estabelecidos, as informações ou esclarecimentos solicitados.

Acontece que, com a edição da MP nº 451, de 15/12/2008, convertida na Lei nº 11.945, de 04/11/2009, essa conduta ganhou tratamento diferenciado, migrando da tipificação geral, prevista na MP nº 2.158-32 de 2001, para tipificação específica para a conduta.

A meu sentir, o art. 57, I, da MP nº 2.158-35 de 2001, não mais aplica-se aos casos de falta ou atraso na entrega de DIF – Papel Imune. A regra a ser aplicada é a prevista no inciso II do art. 588 do RIPI 2010, cuja matriz legal é o inciso II do § do art. 1º da Lei nº 11.945/2009, assim redigida:

Art. 588. O não cumprimento da obrigação prevista no inciso II do § 2º do art. 328 sujeitará a pessoa jurídica às seguintes penalidades (Lei nº 11.945, de 2009, art. 1º, § 4º):

I - cinco por cento, não inferior a R\$ 100,00 (cem reais) e não superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), do valor das operações com papel imune omitidas ou apresentadas de forma inexata ou incompleta (Lei nº 11.945, de 2009, art. 1º, § 4º, inciso I); e

II - de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para micro e pequenas empresas e de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para as demais, independentemente da sanção prevista no inciso I, se as informações não forem apresentadas no prazo estabelecido (Lei nº 11.945, de 2009, art. 1º, § 4º, inciso II).

Ressalte-se, por oportuno, que norma versando sobre sanção, quando mais benéfica, pelo princípio da retroatividade benigna, consagrado no art. 106¹ do CTN, aplica-se a fatos pretéritos, ainda não definitivamente julgados, ou quando lhe comine penalidade menos severa da lei vigente ao tempo de sua prática.

De outro lado, há, em aparente colisão, o princípio do *ne reformatio in pejus*, que veda ao julgador agravar a situação do recorrente, em relação à matéria por este devolvida ao Colegiado. Na verdade, a colisão é apenas aparente, posto que esses princípios convivem, harmonicamente, cada um disciplinando realidades distintas.

No primeiro caso, aplica-se a retroatividade benigna a julgamentos pendentes onde a insurgência do recorrente ainda não foi analisado, de forma definitiva. Aliás, cabe esclarecer que a matéria não impugnada, torna-se definitiva, não mais podendo ser alterada. Veja-se que a parte recorrida, também, poderia recorrer, já que foi sucumbente, e não o fez, conformando-se com o resultado do julgamento.

No segundo, assegura ao recorrente que seu inconformismo não lhe prejudicará, ou seja, no mínimo ele sairá com o que entrou.

Anote-se que este princípio é dos corolários do princípio da ampla defesa, ao assegurar aos litigantes que não serão penalizados em razão do exercício regular de seu direito recursal.

Assim, sendo o recurso apenas de uma das partes, o resultado do julgamento não lhe pode ser pior do que o fora a decisão recorrida.

Com essas considerações, voto no sentido de negar provimento ao recurso da Fazenda Nacional para manter a exigência fiscal, nos termos definidos no acórdão *a quo*.

Henrique Pinheiro Torres

¹ Art. 106. A lei aplica-se a ato ou fato pretérito:

I - em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;

II - tratando-se de ato não definitivamente julgado:

a) quando deixe de defini-lo como infração;

b) quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo;

c) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.

